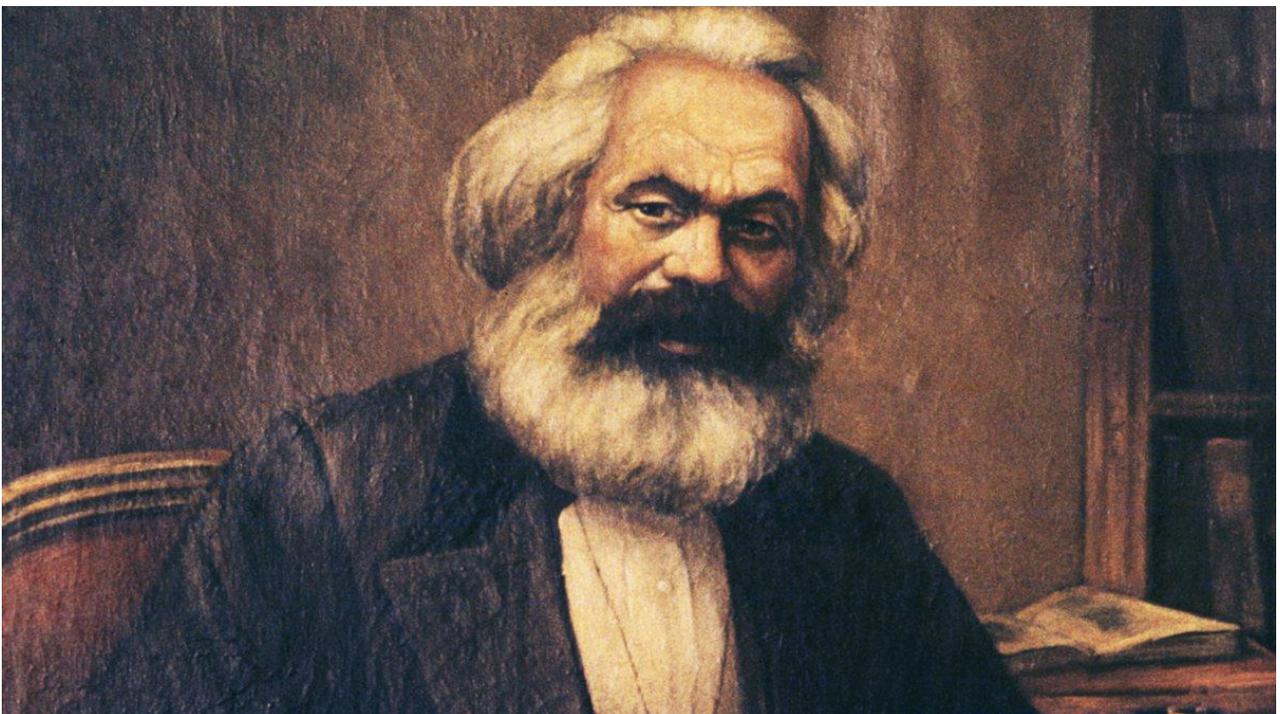


PREFÁCIO
CONTRIBUIÇÃO A CRÍTICA DA
ECONOMIA POLÍTICA
KARL MARX - 1858



Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comercio exterior, mercado mundial. Sob três primeiros títulos, estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes nas quais se divide a sociedade burguesa moderna; a relação dos três outros títulos é evidente. A primeira seção do primeiro livro, que trata o capital, se compõe dos seguintes capítulos:

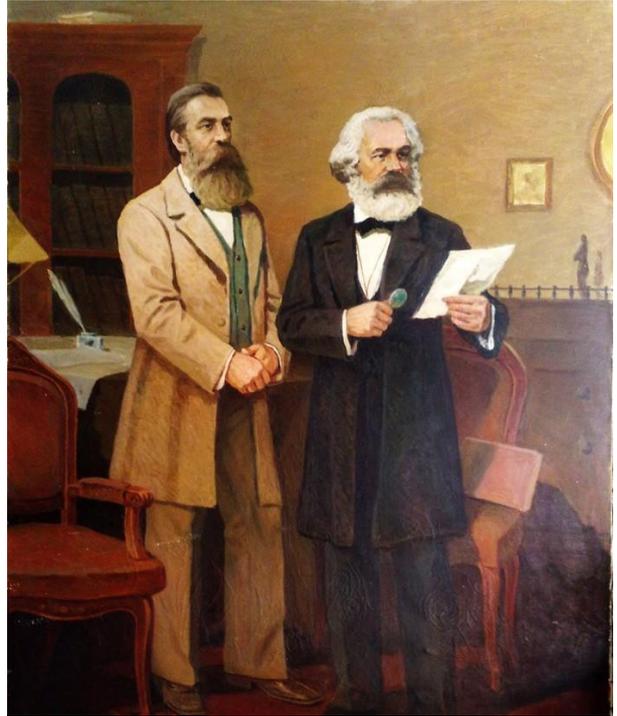
- 1. A mercadoria;**
- 2. O dinheiro ou a circulação simples;**
- 3. O capital em geral.**

Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume. Tenho sob os olhos o conjunto de materiais sob forma de monografias escritas com largos intervalos, para meu próprio

esclarecimento, não para serem impressas, e cuja elaboração subsequente, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias.

Suprimo uma introdução geral que esbocei porque, depois de refletir bem a respeito, me pareceu que antecipar resultados que estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral. Algumas indicações, ao contrário, sobre o curso de meus próprios estudos político-econômicos não estariam fora de propósito aqui.

Minha área de estudos era a jurisprudência, a qual, todavia, eu não me dediquei senão de um modo acessório, como uma disciplina subordinada relativamente à Filosofia e à História. Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung (Gazeta Renana)*, encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do *Landtag* [parlamento-alemão] renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundirá, a polemica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, travou com a Gazeta Renana sobre as condições de existência dos camponeses de Mosella, as discussões por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu me começasse a me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nessa época, em que o afã de avançar sobrepujava amiúde a verdadeira sabedoria, faz-se ouvir na Gazeta Renana um eco entibiado, por assim dizer filósofo, do socialismo e do comunismo francês. Pronunciei-me contra essa mixórdia, mas, ao mesmo tempo, confessei, claramente, em uma controvérsia com a *Allgemeine Augsburger Zeitung (Jornal Geral de Augsburg)*, que os estudos que eu havia feito até então não me permitiam arriscar um juízo a respeito da natureza das tendências francesas. A ilusão dos diretores da Gazeta Renana, que acreditavam conseguir sustar a sentença de morte pronunciada contra seu periódico, imprimindo-lhe uma tendência mais moderada, ofereceu-me



ocasião, que me apressei em aproveitar, de deixar a cena pública e me recolher ao meu gabinete de estudos.



Friedrich Hegel

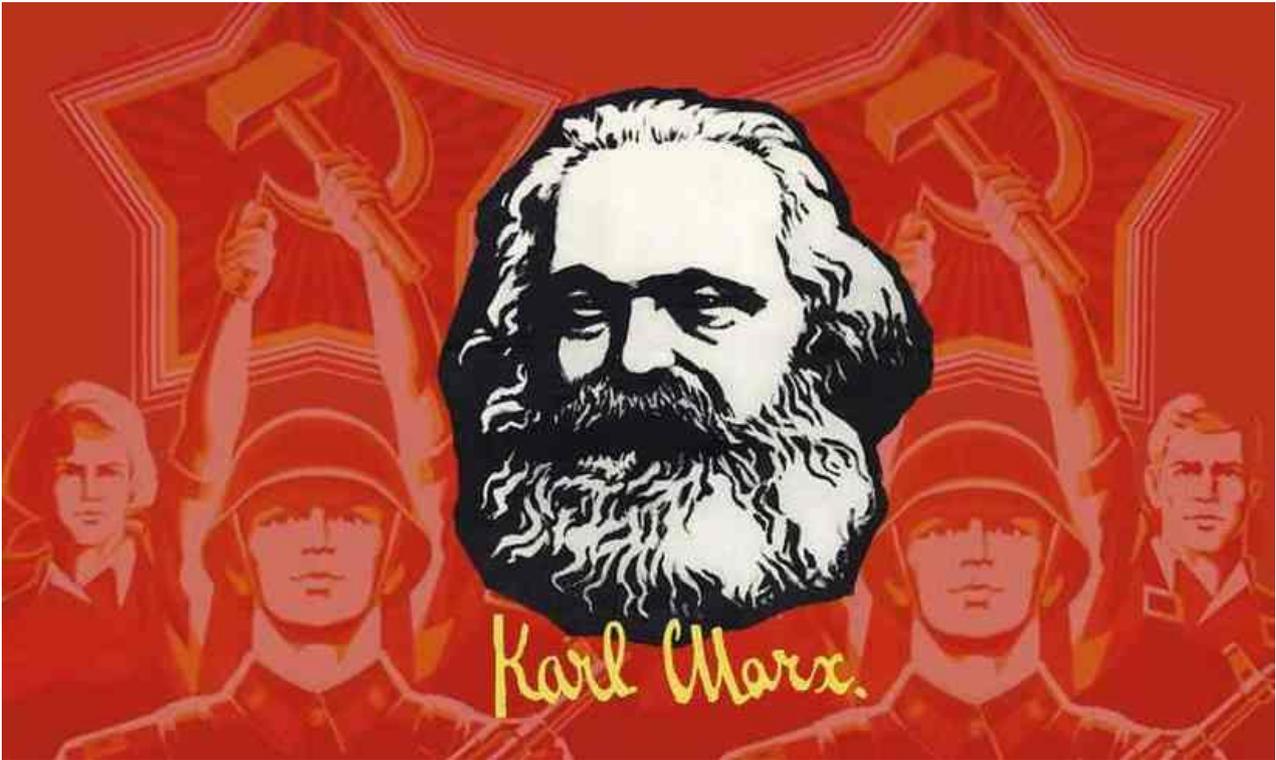
O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos Anais franco-alemães, publicados em Paris em 1884. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: **as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades,** condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos

franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também a conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Eu havia começado o estudo desta última em Paris, e o continuará em Bruxelas, onde eu me havia estabelecido em consequência de uma sentença de expulsão ditada pelo sr. Guizot contra mim.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.

**Não é a consciência dos homens que determina o seu ser;
ao contrário, é o ser social que determina sua consciência**

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em



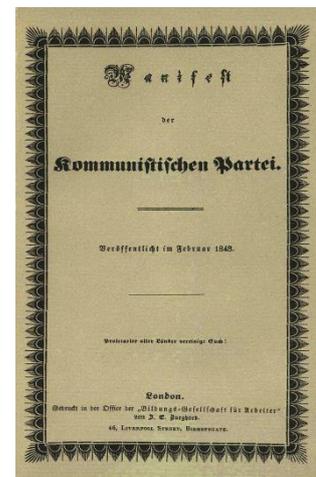
entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais manifestações, convém sempre distinguir a transformação material das condições econômicas de produção- que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais- e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o inimigo pela ideia que de se mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma.

E preciso, ao contrário, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. **Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou**

estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônicas não no sentido de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo.

Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana. Friedrich Engels, com quem (desde a publicação, nos *Anais franco-alemães*, de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas) eu mantinha constante correspondência, por meio da qual trocávamos ideias, chegou por outro caminho- consulte-se a *Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra*- ao mesmo resultado que eu. E quando, na primavera de 1845, ele também veio domiciliar-se em Bruxelas, resolvemos trabalhar em comum para salientar o contraste de nossa maneira de ver como a ideologia da filosofia alemã, visando, de fato, acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito se realizou sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito [*A ideologia alemã*], dois grossos volumes em oitavo, já se encontrava há muito tempo em mãos do editor na Westphalia, quando nos advertiam que uma mudança de circunstâncias criava obstáculos à impressão. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos alcançado nosso fim principal, que era nos esclarecer.

Dos trabalhos esparsos, que submetemos ao público nessa época e nos quais expusemos nossos pontos de vistas sobre diversas questões, mencionarei apenas o *Manifesto do Partido Comunista*, redigido por Engels e por mim e o *Discurso sobre o livre-comércio*, publicado por mim. Os pontos decisivos de nossa maneira de ver fora, pela primeira vez, exposto cientificamente, ainda que sob forma de polemica, no meu trabalho aparecido em 1847, e dirigido contra Proudhon: *Miséria da Filosofia*. A impressão de uma dissertação sobre o *Trabalho assalariado*, escrita em alemão e composta de conferencias que eu havia proferido na União dos Trabalhadores



Capa do Manifesto do Partido Comunista

Alemães de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro, e pela minha expulsão subsequente da Bélgica.

A publicação da *Nova Gazete Renana*, em 1848-1849, e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos os quais só pude recomeçar em Londres, em 1850. A prodigiosa quantidade de materiais para a história da economia política acumulada no *British Museum*, a situação tão favorável que oferece Londres para observação da sociedade burguesa e, por fim, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália, decidiram-me a começar tudo de novo e a submeter a exame crítico os novos materiais. Esses estudos, em grande parte por seu próprio caráter, levaram-me a investigação que pareciam afastar-me do plano original e nas quais tive, contudo, de deter-me durante um tempo mais ou menos prolongado. Mas o que, sobretudo, abreviou o tempo de que dispunha foi a necessidade imperiosa de me dedicar a um trabalho remunerador. Minha colaboração, iniciada havia oito anos, no *New York Tribune*, o primeiro jornal anglo-estadunidense, trouxe consigo, já que não me ocupo senão excepcionalmente de jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão de meus estudos. Todavia, os artigos sobre os acontecimentos econômicos marcantes que ocorriam na Inglaterra e no continente constituíam uma parte tão considerável de minhas contribuições, que tive de familiarizar-me com pormenores práticos que não são propriamente do domínio da ciência da Economia Política.

Com este esboço do curso dos estudos no terreno da Economia Política, eu quis mostrar unicamente que minhas opiniões, de qualquer maneira que sejam julgadas e por pouco que concordem com os preconceitos ligados aos interesses da classe dominante, são o fruto de longos e conscienciosos estudos. Mas no umbral da ciência, como à entrada do “inferno”, impõe-se:

“Deixe-se aqui tudo o que é suspeito

Mate-se aqui toda vileza”